

# Produtor pede novos incentivos

CORREIO BRAZILIENSE

## Micro joga tudo pela moratória

A Associação de Micro e Pequenas Empresas do DF (AME-DF) realiza hoje, às 17h30, assembléia geral onde será iniciada a mais importante batalha da categoria no momento: será definida a ação cautelar na justiça, patrocinada pela Ordem dos Advogados do Brasil, seccional-DF e a própria entidade, no sentido de obter uma moratória de 120 dias.

Pressionadas pelas altas taxas dos juros bancários e as deficiências linhas especiais de crédito, as microempresas estão mobilizadas para defender seus interesses. Na assembléia de hoje participam diversos parlamentares eleitos por Brasília; representantes das Secretarias de Finanças e Indústria e Comércio, além de representantes do Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae) e Ceag (órgão local), mais dom Luciano Mendes, como representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Os microempresários reunidos no Edifício do Trabalhador (504 Norte), 3º andar, hoje à tarde, endossarão um abaixo-assinado contendo todas as suas reivindicações para ser encaminhado ao presidente José Sarney.

Representantes de 18 entidades rurais do Distrito Federal entregaram ontem ao governador José Aparecido documento no qual apontam sugestões para o "aperfeiçoamento" do Decreto 10.024, regulamentado recentemente, que estabelece novas normas sobre distribuição, administração e utilização de terras públicas rurais de Brasília. O governador agradeceu a colaboração e prometeu estudar as sugestões, informou o produtor Irineu Cabral.

Durante a audiência de mais de duas horas, os produtores relacionaram uma série de "inconvenientes" do novo decreto que estaria atingindo, duramente, posseiros, pequenos e médios produtores. Eles solicitaram ao governador a participação em um estudo urgente, "mais profundo e definitivo", referente à revisão do sistema fundiário do DF.

"As intenções embutidas no novo decreto — estimular a variedade de culturas e impedir a concentração de terras — são excelentes, mas há alguns aspectos negativos", observou Irineu Cabral. Acrescentou que a intenção dos produtores é participar de um estudo de forma que se procure corrigir os "defeitos existentes" e se encontrem fórmulas que estimulem os autênticos produtores, especialmente os pequenos e médios, "oferecendo-lhes condições favoráveis de trabalho e incentivem maiores investimentos particulares", observou o produtor.

De acordo com o produtor Elias Marchese, presente à audiência, o sistema de concessão de uso para terras rurais em substituição ao sistema de arrendamento, imposto pela nova regulamentação, "não é conhecido em nenhum país civilizado do mundo, nem mesmo nos países socialistas, como instrumento de distribuição de terra". Ele afirmou que, embora o Governo esteja buscando soluções sociais para o uso da terra, a medida está trazendo, ao mesmo tempo, "situações de inssegurança e desestímulo para quem está de fato produzindo".

O produtor salientou que o sistema de concessão de uso não garante a continuidade de utilização de terras pelos familiares do concessionário, caso esse venha a falecer. Criticou ainda o fato de que a nova regulamentação impede a utilização de mais de uma parcela de terra por um mesmo produtor, o que, a seu ver, contraria qualquer iniciativa de produtores capacitados e empreendedores.

Marchese defendeu a criação de um grupo de estudos (GDF e produtores) para elaborar um decreto que "realmente" atenda aos interesses da classe e atinja os objetivos sociais na utilização de terras públicas. Os produtores aproveitaram o encontro para convidar o governador José Aparecido para participar da colheita do milho este ano, que deverá ter safra recorde, estimada em 1 milhão de toneladas.